



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Coordenação de Licitações

ATA PARCIAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2021, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO.

Às quatorze horas do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte um, na sala de Reuniões da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SEMFA/SUB-TI), reuniram-se a Pregoeira do certame, Sra. Luciana Campos Santiago Martins, Membro da Equipe de Pregão, Sra. Pauline Guedes Lyra, designadas pelas Portarias SEGES nº 165/2020, de primeiro de dezembro de dois mil e vinte, publicada no Diário Oficial do Município em quatro de dezembro de dois mil e vinte; e nº 21/2021 de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte um, publicada no Diário Oficial do Município em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte um; os membros da equipe técnica competente, Sra. Fernanda Gobbi do Rosário Ribeiro, Sra. Kelly da Silva Castro de Lima, Sr. Fellipe Schultz Vargas e, virtualmente, Sra. Letícia Barcellos Carvalho; presentes os representantes da empresa TECTRILHA INFORMÁTICA LTDA, Sr. Leonardo Hees Drummond e Carlos Gabriel Arpini, ausente representante da empresa EL PRODUÇÕES DE SOFTWARE, e para continuidade dos procedimentos inerentes à realização da prova de conceito, em conformidade com o item 08 do Anexo I e Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de informática para o fornecimento de sistemas de gestão. O Pregoeiro iniciou os procedimentos apresentando os membros da mesa e estabelecendo regras e procedimentos que serão desenvolvidos no decorrer da Sessão. Ato contínuo a pregoeira informou sobre os módulos que compõem o objeto do edital e que serão avaliados no dia de hoje: Portal de Transparência e Ferramenta de Elaboração e Gestão Orçamentária. Dando continuidade à prova de conceito, passaram aos requisitos do sétimo módulo (Portal de Transferência), que a comissão técnica aprovou como atendidos; finalizando a Prova de Conceito, expuseram o oitavo e último módulo (Ferramenta de Elaboração e Gestão Orçamentária), aprovado sem emendas. Em seguida, a pregoeira solicitou a captura de algumas telas e relatórios para comprovação dos requisitos atendidos, o que foi feito e cujos documentos criados passam a fazer parte desta Ata, Anexo II. Desta forma, a Comissão Técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e a Equipe Técnica Requisitante dos módulos avaliados neste dia, verificaram que a empresa TECTRILHA INFORMÁTICA LTDA, apresentou o sistema em conformidade com as exigências técnicas e funcionais do Edital conforme o documento denominado "Requisitos Funcionais", Anexo III do edital, que desta Ata passa a fazer parte independente de transcrição. Desta forma, considerando o atendimento na íntegra das

 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Coordenação de Licitações

ATA PARCIAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2021, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO.

funcionalidades obrigatórias, a equipe técnica considerou a empresa TECTRILHA INFORMÁTICA LTDA **APTA**. O Pregoeiro ENCERRA a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16:07 (dezesesseis horas e sete minutos), da qual, eu, Luciana Campos Santiago Martins, Presidente da sessão, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes ao ato.


LUCIANA CAMPOS SANTIAGO MARTINS
Pregoeira Municipal Suplente


PAULINE GUEDES LYRA
Membro da Equipe de Pregão


FERNANDA GOBBI DO ROSÁRIO RIBEIRO
CGM/GAOF


KELLY DA SILVA CASTRO DE LIMA
CGM/GITPC/CTAI


FELIPE SCHULTZ VARGAS
SEMFA/GO

LETÍCIA BARCELLOS CARVALHO
SEMFA/GO/CPO

LICITANTES PARTICIPANTES:


LEONARDO HEES DRUMMOND
TECTRILHA INFORMÁTICA LTDA


CARLOS GABRIEL ARPINI
TECTRILHA INFORMÁTICA LTDA

ANEXO I - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

| | |
|------------|--|
| EDITAL: | 168/2021 |
| PROCESSO: | 1025135/2021 |
| PREGOEIRO: | LUCIANA CAMPOS SANTIAGO MARTINS |
| OBJETO: | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO. |

PROVA DE CONCEITO

07. PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

| CRITÉRIOS DE JULGAMENTO | RELEVÂNCIA | ATENDE | |
|--|-------------|--------|-----|
| | | SIM | NÃO |
| TR.1. O Portal de Transparência deve ser um sistema Web para visualizar informações oriundas dos sistemas corporativos municipais, próprios e de terceiros, extraídas de leitura direta dos sistemas integrados, através de diversos formatos, que serão disponibilizados no Portal Institucional do Município de Vitória. | Obrigatório | X | |
| TR.2. O Portal de Transparência deve apresentar informações de execução orçamentária a partir de consultas online dos sistemas de Execução Orçamentária e Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil. O portal deve permitir consultas agrupadas por Secretaria, Função de Governo, Favorecido, Fonte de Recurso, Programa, Ação e Categoria Econômica. Com a possibilidade de exportação dos dados (PDF, planilha e texto) | Curto Prazo | X | |
| TR.3. O Portal de Transparência deve apresentar informações de contratos e convênios a partir de consultas online do sistema corporativo de Contratos. Essas consultas devem dar a possibilidade de exportação dos dados (PDF, planilha e texto) e filtragem por Unidade Administrativa, Unidade Gestora e Periodicidade. | Curto Prazo | X | |
| TR.4. O Portal de Transparência deve apresentar informações de sanção dos fornecedores penalizados com informações extraídas do sistema corporativo de contratos. | Curto Prazo | X | |
| TR.5. O Portal de Transparência deve permitir a consulta de gastos mensais com publicidade. | Curto Prazo | X | |
| TR.6. O Portal de Transparência deve apresentar informações do Plano Plurianual (PPA) vigente, através de leituras da base de dados do Sistema de Gestão do PPA. Deve permitir a visualização do detalhamento de Programa e Ação, relacionando a execução orçamentária vinda do sistema de contabilidade do município com a previsão financeira definida no PPA. | Obrigatório | X | |
| TR.7. O Portal de Transparência deve permitir a consulta de Informações relativas aos bens móveis e bens imóveis da prefeitura | Curto Prazo | X | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Coordenação de Licitações

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| TR.8. O Portal de Transparência deve apresentar informações relativas às Desapropriações a partir de consultas online do sistema de Planejamento de Obras. | Obrigatório | X | |
| TR.9. O Portal de Transparência deve apresentar informações relativas recursos humanos a partir de consultas online do sistema corporativo de Gestão de Pessoas, e deve permitir a consulta de folha de pagamento por servidor, lotação e cargo. | Curto Prazo | X | |
| TR.10. O Portal de Transparência deve apresentar planilhas da Lei de Responsabilidade Fiscal, previamente calculadas. | Obrigatório | X | |
| TR.11. O Portal de Transparência deve possuir páginas de informações dinâmicas que executam leitura direta das bases de dados dos sistemas corporativos municipais, ou de uma base replicada para este fim. | Curto Prazo | X | |
| TR.12. As informações disponibilizadas no Portal de Transparência devem estar atualizadas ou com o menor tempo de defasagem possível. | Curto Prazo | X | |
| TR.13. O Portal de Transparência deve apresentar páginas em formatos PDF, HTML ou programada para consulta direta às bases dos sistemas corporativos. | Obrigatório | X | |
| TR.14. As páginas de informações estáticas serão atualizadas de acordo com os prazos legais de publicação e ou alteração, | Obrigatório | X | |
| TR.15. O Portal de Transparência deve disponibilizar um gerador de relatórios para permitir ao usuário gerar relatórios através de uma combinação de filtros disponíveis. | Obrigatório | X | |
| TR.16. O Portal de Transparência deve permitir que o usuário selecione as informações através de uma combinação de filtros disponíveis, para que ele obtenha a informação desejada. | Obrigatório | X | |
| TR.17. O Portal de Transparência deve permitir na montagem de relatórios, que o usuário defina, de forma dinâmica, que colunas de valores serão apresentadas. | Obrigatório | X | |
| TR.18. O Portal de Transparência deve possuir design responsivo, com layout que se adapta automaticamente para comportar o uso por dispositivos móveis (celulares e tablets) sem perder usabilidade. | Obrigatório | X | |
| TR.19. O Portal de Transparência deve disponibilizar ferramentas de acessibilidade ao usuário, com possibilidade de zoom de página, inversão de cores e navegação por teclas de atalho. | Obrigatório | X | |
| TR.20. O Portal de Transparência deve disponibilizar API para extração de dados oriundos do banco de dados do portal. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| <p>TR.21. O Portal de Transparência deve apresentar informações do orçamento em execução, como:</p> <p>Quadro com Orçamento Inicial/Autorizado/Reservado por unidade orçamentária, função, programa, ação e fonte de recurso.</p> <p>Despesas com Pessoal Ativo e Encargos</p> <p>Gastos com Diárias resumido por órgão</p> <p>Resumo do orçamento por fonte de recursos</p> <p>Resumo do orçamento por Secretaria</p> <p>Resumo do orçamento por Função de Governo</p> <p>Resumo do orçamento por Programa</p> <p>Resumo do orçamento por Ação</p> <p>Resumo do orçamento por Categoria Econômica</p> <p>Receitas por natureza</p> <p>Despesas Empenhadas/Liquidadas/Pagas por fornecedor</p> | Obrigatório | X | |
| <p>TR.22. O Portal de Transparência deve permitir a consulta livre das informações disponíveis no portal por diversos critérios, entre eles:</p> <p>Empenho por data de emissão, número e processo.</p> <p>Pesquisa de despesas por unidade gestora, órgão, função, sub-função, programa, ação, fonte de recursos e natureza de despesa</p> <p>Despesas por Nome e CPF/CNPJ do beneficiário</p> <p>Informações de contrato por número, data de assinatura, processo e licitação</p> <p>Informações de convênio por número, data de assinatura, processo</p> | Obrigatório | X | |
| <p>TR.23. O Portal de Transparência deve disponibilizar informações acerca do andamento de programas e ações do PPA para consultas online de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relações de Programas do PPA - Detalhes de um Programa - Relação de Ações do PPA por secretaria ou por programa - Detalhes de uma Ação; Resumo da Execução Orçamentária da Ação - Página de realizações do Município (registro de realizações de Ação do PPA) por Programa/Ação | Obrigatório | X | |
| <p>TR.24. O Portal de Transparência deve disponibilizar informações de contratos firmados pelo Município com:</p> <p>Relação de Contratos ativos por órgão</p> <p>Relação de Contratos por fornecedor</p> <p>Resumo do contrato</p> <p>Anexos do contrato</p> <p>Empenhos/Liquidações/Pagamentos do contrato</p> | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| <p>TR.25. O Portal de Transparência deve disponibilizar informações de convênios firmados pelo Município com:</p> <p>Relação de Convênios de repasse de recursos ativos por órgão</p> <p>Relação de Convênios de captação de recursos ativos por órgão</p> <p>Relação de Convênios por conveniado</p> <p>Resumo do convênio com data e situação da última prestação de contas</p> | Obrigatório | X | |
| <p>TR.26. O Portal de Transparência deve ter uma página para cada anexo da Lei de Responsabilidade Fiscal, com link para acesso a todas as planilhas do anexo. Essas informações serão atualizadas de acordo com os prazos de publicação definidos pela Lei.</p> | Obrigatório | X | |
| <p>TR.27. Disponibilizar os Anexos de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais (LDO/LRF):</p> <p>-Demonstrativo de Riscos Fiscais</p> <p>-Demonstrativo I – Metas Anuais;</p> <p>-Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;</p> <p>-Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;</p> <p>-Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;</p> <p>-Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;</p> <p>-Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;</p> <p>-Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;</p> <p>-Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.</p> | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| <p>TR.28. Disponibilizar relatórios resumido de execução orçamentária:</p> <p>ANEXO I – Balanço Orçamentário</p> <p>ANEXO II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção</p> <p>ANEXO III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida</p> <p>ANEXO V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores</p> <p>ANEXO VI – Demonstrativo do Resultado Nominal</p> <p>ANEXO VII – Demonstrativo do Resultado Primário</p> <p>ANEXO IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão</p> <p>ANEXO X – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</p> <p>ANEXO XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital</p> <p>ANEXO XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores</p> <p>ANEXO XIV – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos</p> <p>ANEXO XVI – Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Desp. Próprias com Saúde</p> <p>ANEXO XVII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas</p> <p>ANEXO XVIII – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária</p> | Obrigatório | X | |
| <p>TR.29. Disponibilizar relatórios de Gestão Fiscal:</p> <p>Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal</p> <p>Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada</p> <p>Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores</p> <p>Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito</p> <p>Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa</p> <p>Anexo VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar</p> <p>Anexo VII – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal</p> <p>Relatório de Gestão Fiscal Consolidado</p> | Obrigatório | X | |
| TR.30. O Portal de Transparência deve disponibilizar outras informações para atender a Lei de Acesso à Informação (LAI). | Curto Prazo | X | |
| TR.33. O Portal de Transparência deve disponibilizar outras informações para atender a alterações de legislação, municipal, estadual e federal. | Curto Prazo | X | |
| COVID-19 - Transparência | | | |
| CV.01. Painel da Covid-19 - O Portal de Transparência deve possuir painel reunindo todas as informações e links relacionados ao enfrentamento da Covid-19 no município; | Obrigatório | X | |







PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Coordenação de Licitações

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| CV.02. O Portal de Transparência deve disponibilizar área específica para dados de Contratações e Aquisições Emergenciais – COVID-19; | Obrigatório | X | |
| CV.03. O Portal deverá possuir mecanismo de disponibilização dos dados de vacinas aplicadas, por grupo de aplicação ou agrupadas, conhecido como “vacinômetro” | Obrigatório | X | |
| CV.04. Permitir pesquisa de Bens, Produtos e Serviços adquiridos através de aquisições não emergenciais de bens e serviços para ações de enfrentamento ao coronavírus com base nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002. | Obrigatório | X | |
| CV.05. Permitir pesquisa de Contratos não emergenciais firmados para ações de enfrentamento ao coronavírus com base nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002. | Obrigatório | X | |
| CV.06. Possuir lista de Licitações realizadas para ações de enfrentamento ao coronavírus com base nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002. | Obrigatório | X | |
| CV.07. Possuir links de acesso à legislação pertinentes ao momento da pandemia da Covid-19. | Obrigatório | X | |
| CV.08. Disponibilizar página com orientações aos gestores públicos e responsáveis por contratação sobre medidas de estímulo econômico e proteção social. | Obrigatório | X | |
| CV.09. Disponibilizar página para Doações recebidas pelo município para as pessoas que estão enfrentando dificuldades por conta do novo Coronavírus (Covid-19). A página também deve permitir que se vejam as doações já realizadas com a colaboração do Município | Obrigatório | X | |
| CV.10. Possuir página com informações sobre medidas de estímulo econômico e proteção social. | Obrigatório | X | |
| CV.11. Possuir página com relatórios Periódicos de Pedidos de Informação relacionados à COVID-19 | Obrigatório | X | |
| CV.12. Disponibilizar Relatórios Estatísticos com os pedidos de acesso à informação relacionados à COVID-19. | Obrigatório | X | |
| CV.13. Disponibilizar relatórios relacionados à EPI's adquiridos para o enfrentamento à COVID-19 | Obrigatório | X | |
| CV.14. Disponibilizar relatório de Campanhas Publicitárias relacionadas ao enfrentamento da COVID-19 | Obrigatório | X | |
| CV.15. Disponibilizar relatório de Atividades Tecnológicas Desenvolvidas para o enfrentamento da COVID-19 | Obrigatório | X | |

| CV.16. Mostrar contratações com fornecedores inidôneos ou suspensos amparadas no art. 4º, § 3º da Lei Federal nº 13.979/2020. | Obrigatório | X | |
|---|-------------|--------|-----|
| CV.17. Mostrar uma lista com os Empenhos relacionados a ações de enfrentamento ao coronavírus | Obrigatório | X | |
| CV.18. Possuir área DESTINADA à publicação de informações relativas a despesas mensais com à Contratação de Pessoal em Caráter Emergencial voltadas ao enfrentamento da calamidade pública e estado de emergência decorrente do novo coronavírus, amparadas por Lei Municipal, caso exista. | Curto Prazo | X | |
| CV.20. O Portal deve possuir ligação direta com Ouvidoria para tratar de demandas relacionadas ao enfrentamento da pandemia | Obrigatório | X | |
| CV.21. O Portal deverá permitir filtros das contratações emergenciais por diversos critérios como Fornecedor, Modalidade Licitatória e Órgão Contratante; | Obrigatório | X | |
| CV.22. O Portal deverá possuir gráficos das aquisições emergenciais por diversos critérios como Função de Governo, Modalidade de Contratação etc. | Obrigatório | X | |
| CV.23. O Portal deverá gerar permitir a extração de informações de aquisições emergenciais no formato determinado pelos órgãos de controle externos (TCE-ES) | Curto Prazo | X | |
| CV.24. O Portal deverá separar novas aquisições emergenciais dos aditivos de contratos já em vigor atendendo demanda determinada pelo órgão de controle externo (TCE-ES) | Obrigatório | X | |
| CV.25. O Portal deverá possibilitar a listagem de Estímulo Econômico e Proteção Social (doações de cestas básicas, pagamentos de auxílios emergências) com pesquisa por nome de beneficiário | Curto Prazo | X | |
| 08. FERRAMENTA DE ELABORAÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | | | |
| CRITÉRIOS DE JULGAMENTO | RELEVÂNCIA | ATENDE | |
| | | SIM | NÃO |
| FC.1. Permite a elaboração do quadro de detalhamento de despesas, onde cada usuário pode definir as despesas previstas para o exercício seguinte para a sua secretaria separadas por unidade orçamentária, função, sub-função, programa, ação, fonte de recurso e natureza de despesa. | Obrigatório | X | |
| FC.2. Na elaboração do quadro de detalhamento de despesas o sistema deve estabelecer um teto máximo por secretaria, que pode ser estabelecido por programa/ação do PPA ou por fonte/sub-fonte de recursos para cada secretaria. O sistema deve impedir a elaboração de um quadro de detalhamento de despesas que exceda o teto, caso tenha sido estabelecido. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| FC.3. O sistema deve permitir perfis de usuário com privilégios especiais de utilização do sistema para gerenciar a elaboração do quadro de detalhamento de despesas podendo visualizar o que as outras secretarias estão registrando, e alterando o quadro de detalhamento de despesas após a sua finalização. | Curto Prazo | X | |
| FC.4. O sistema deve possibilitar a disponibilização do quadro de detalhamento de despesas para ser utilizado pelo sistema de contabilidade do município através de arquivos formatados, ou visões de acesso direto ao banco de dados ou através de outros mecanismos como webservices, apis ou outro. | Curto Prazo | X | |
| FC.5. O sistema deve ser integrado ao sistema contábil para permitir a busca de dos dados de execução orçamentária diretamente do sistema de contabilidade do Município, evitando a necessidade de cadastramento manual. | Curto Prazo | X | |
| FC.6. A integração com o sistema de contabilidade deve ser on-line, fazendo com que as informações estejam disponíveis e atualizadas no momento em que são solicitadas no sistema de contabilidade. | Curto Prazo | X | |
| FC.7. Deve permitir o acompanhamento da execução orçamentária com dados oriundos do sistema de contabilidade, permitindo a visualização agrupada e detalhada do orçamento inicial e alterações, empenhos, liquidações e pagamentos. | Curto Prazo | X | |
| FC.8. Deve permitir pesquisa agrupada de execução orçamentária por vários critérios combinados ou individualmente, permitindo a pesquisa, no mínimo, pelos seguintes critérios: Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa, Ação, Fonte de recurso, Sub-fonte de recurso e natureza de despesa. | Obrigatório | X | |
| FC.9. O sistema deve permitir o detalhamento da pesquisa de execução orçamentária, mostrando cada empenho com seus respectivos pagamentos, e permitindo a pesquisa específica dos empenhos por fornecedor/beneficiário. | Curto Prazo | X | |
| FC.10. Todas as pesquisas de informações que mostram a execução orçamentária devem mostrar as seguintes informações para cada item: Dotação inicial, Alterações, Empenhos, Liquidações e Pagamentos. | Obrigatório | X | |
| FC.11. Deve possuir lista com resumo da execução orçamentária por Unidade Orçamentária. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| FC.12. Deve possuir lista com resumo da execução orçamentária por Função. | Obrigatório | X | |
| FC.13. Deve possuir lista com resumo da execução orçamentária por Ação. | Obrigatório | X | |
| FC.14. Os valores expressos nas listas de execução orçamentária por unidade orçamentária, por função e por ação devem conter links que levem à página com o detalhamento do valor empenhado. | Obrigatório | X | |
| FC.15. Deve possuir lista detalhada de empenhos, de acordo com os critérios de filtragem, agrupada por unidade orçamentária, código de classificação funcional/programática, mostrando para cada empenho, a natureza de despesa, o número do empenho, o fornecedor, a data e o valor. O valor vem agrupado, permitindo o detalhamento de todas as anulações e complementações de cada empenho. A lista pode ser ampliada, abrindo cada empenho, para a visualização de suas respectivas liquidações ou pagamentos. | Obrigatório | X | |
| FC.16. O sistema deve apresentar gráficos gerenciais, com comparativos de execução da despesa entre os exercícios contábeis. | Obrigatório | X | |
| FC.17. O sistema deve permitir a gestão de todo o fluxo de alterações orçamentárias através da solicitação da alteração com controle de saldos disponíveis, aprovação da solicitação, emissão automática do decreto ou portaria e gestão da contabilização final da movimentação. | Obrigatório | X | |
| FC.18. Deve permitir a seleção pelos usuários das secretarias da modificação a ser feita, podendo ele indicar o item do orçamento de onde o recurso será retirado, indicando para qual item do orçamento o recurso será transferido. Os usuários só podem visualizar recursos de sua própria secretaria, salvo os usuários indicados pela Secretaria Municipal de Fazenda que podem visualizar os recursos de todas as secretarias. | Obrigatório | X | |
| FC.19. O sistema deve impedir a movimentação caso o item de onde se pretende retirar recursos não possua saldo suficiente para isso. Para verificação do saldo o sistema consulta diretamente o sistema de contabilidade para evitar defasagem de informações que permita que seja feita uma solicitação sem saldo suficiente. | Obrigatório | X | |
| FC.20. O sistema deve permitir à secretaria gestora do sistema a consulta das solicitações de alteração orçamentária, podendo modificar a origem dos recursos e o valor solicitado, podendo ainda recusar ou aceitar a movimentação. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|---|-------------|---|--|
| FC.21. Ao usuário que solicitou a alteração, deve ser permitido que acompanhe a situação do seu pedido pelo próprio sistema. | Obrigatório | X | |
| FC.22. O sistema deve identificar, de forma automática, quando a movimentação exige a publicação de um decreto ou portaria, e permitir a seleção das movimentações para a emissão dos mesmos. | Obrigatório | X | |
| FC.23. O sistema deve emitir os decretos e portarias, agrupando os valores por elemento de despesa, e emitindo o relatório em papel A4 e também com fonte reduzida para ser enviado à publicação. | Obrigatório | X | |
| FC.24. Permitir a emissão de requisição de despesa através de formulário de integração entre planejamento e orçamento. | Obrigatório | X | |
| FC.25. A requisição de despesa deve permitir o filtro por secretaria e ação do PPA, para possibilitar a seleção da classificação funcional/programática de onde o recurso será usado, possibilitando a visualização do saldo orçamentário do mesmo. | Obrigatório | X | |
| FC.26. O sistema deve impedir que o usuário faça a requisição de despesa caso a classificação funcional/programática selecionado não possua saldo orçamentário para a realização da despesa planejada. | Obrigatório | X | |
| FC.27. O sistema deve possibilitar a pesquisa de requisições no mínimo pelos seguintes campos: Número, Status, Secretaria, Pessoa Requerente e Valor. | Obrigatório | X | |
| FC.28. O Sistema deve possibilitar que a secretaria gestora, a partir da análise da requisição, possa aprovar ou negar a solicitação de despesa. | Obrigatório | X | |
| FC.29. O sistema deve permitir a visualização de todos os FIPOs e permitir filtro para pesquisa por: Situação, Secretaria Requisitante, Unidade Orçamentária, Fonte de Recurso, Parte Específicas da Fonte de Recurso, Data Requerida, Data Contabilizada, Valor, Classificação Funcional, Ação, Natureza de Despesa, Dotação Reduzida, Campo Justificativa, Usuário Requerente, Código de identificação, Tipo da Despesa, Nº do Contrato/termo de Colaboração. | Obrigatório | X | |
| FC.30. O sistema deve permitir anexar documentação que pode ser baixada por download pelos usuários em menu específico. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| FC.32. O sistema deve permitir a inclusão de avisos na página inicial (Principal) para informações aos usuários, o lançamento de tal mensagem deve ser restrito por perfil supervisor. | Obrigatório | X | |
| FC.33. O sistema deve permitir a realização de alterações orçamentárias (Com especificação de origem e destino – todas extraídas do sistema Contábil) para emissão de Atos, Decretos e Decretos Especiais. | Obrigatório | X | |
| FC.34. O sistema deve fazer as alterações orçamentárias, integrado ao sistema de contabilidade do Município, com os dados de origem e destino dos valores por Unidade orçamentária, Classificação Funcional (Função, SubFunção, Programa, Projeto/Atividade e Ação), Natureza de Despesa, Fonte de Recurso e Dotação Reduzida (Todos os dados respeitando o PPA do Município). | Obrigatório | X | |
| FC.35. Quando a origem não for definida na alteração orçamentária, o sistema deve mostrar as previstas na legislação bem como instruções normativas do Tribunal de Contas. | Obrigatório | X | |
| FC.36. A codificação usada para identificar o tipo de movimento das alterações orçamentárias deve ser igual ao estabelecido pelo Tribunal de Contas. | Obrigatório | X | |
| FC.37. O sistema deve permitir a inclusão de um campo texto em cada alteração orçamentária para descrever o objeto da alteração orçamentária (Um campo observação com número de caracteres suficientes para que a informação seja clara). | Obrigatório | X | |
| FC.38. O sistema deve identificar dotações orçamentárias originadas por Decreto Especial (Permitindo customizações para controle, como preenchimento de flags, formas com cores diferenciadas para identificação, lista suspensa e etc.). | Obrigatório | X | |
| FC.39. O sistema deve permitir realizar alteração orçamentária individual ou por grupo (em lote – por importação de arquivo, ex: xls ou até mesmo preenchimento de dados direto no sistema) de várias alterações orçamentárias ao mesmo tempo. | Obrigatório | X | |
| FC.40. O sistema deve, em todas alterações orçamentárias, verificar o saldo da dotação juntamente com o sistema de contabilidade do Município e o saldo utilizado no Formulário de Integração entre Planejamento e Orçamento e mostrar o saldo atual (Sempre com atualização em tempo real). | Obrigatório | X | |
| FC.41. O sistema deve identificar as regras de cada alteração orçamentária que são usadas no limite de abertura de crédito legalmente (LOA – Lei Orçamentária Anual). | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| FC.42. O sistema ao identificar se a alteração orçamentária entra no limite legal ou não deve informar em campo específico essa informação (LOA – Lei Orçamentária Anual). | Obrigatório | X | |
| FC.43. O sistema deve permitir o usuário, específico com essas atribuições, EDITAR uma alteração orçamentária. | Obrigatório | X | |
| FC.44. O sistema deve permitir o usuário, específico com essas atribuições, NEGAR ou CANCELAR uma alteração orçamentária. | Obrigatório | X | |
| FC.45. O sistema deve dividir as situações de cada etapa das alterações orçamentárias como REQUERIDA, ACEITA, EM AGUARDANDO, NEGADA, CANCELADA, EMITIDA, PUBLICADA E CONTABILIZADA. | Obrigatório | X | |
| FC.46. O sistema deve permitir a visualização de todas as alterações orçamentárias e permitir filtro para pesquisa por: Situação, Secretaria Requisitante, Secretaria Origem, Secretaria Destino, Unidade Orçamentária Origem, Orçamentária Destino, Fonte de Recurso Origem, Fonte de Recurso Destino, Parte Específicas da Fonte de Recurso Origem, Parte Específicas da Fonte de Recurso Destino, Data Requerida, Data Contabilizada, Tipo da Alteração Orçamentária (Ato, Portaria, Decretos, Decretos Especiais e Todos os Decretos), Tipo das Origem (Legais), Valor, Ação Origem, Ação Destino, Natureza de Despesa Origem, Natureza de Despesa Destino, Dotação Reduzida Origem, Dotação Reduzida Destino, Campo Descritivo, Usuário Requerente. | Obrigatório | X | |
| FC.47. O sistema deve gerar número sequencial para identificar quando a alteração orçamentária for Ato. | Obrigatório | X | |
| FC.48. O sistema deve permitir definição de perfis de usuários com regras de uso específicos. Essas regras devem possuir funcionalidades do sistema que o usuário Supervisor possa permitir ou não seu uso no Perfil de Usuário. | Obrigatório | X | |
| FC.49. As funcionalidades devem ser definidas juntamente com o responsável do sistema e o responsável pelo uso no Município. | Obrigatório | X | |
| FC.50. O sistema deve ter integração com o sistema de RH (Pessoal) do Município possibilitando que o acesso esteja restrito aos servidores ativos do município liberados como usuários do sistema. | Obrigatório | X | |
| FC.51. O sistema deve gerar um relatório com as informações completas de todas alterações orçamentárias e que possam ser geradas e exportadas em formato PDF e XLS. | Obrigatório | X | |
| FC.52. O sistema deve permitir a escolha dos campos que serão mostrados no relatório em formato PDF e XLS. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|---|-------------|---|--|
| FC.53. O sistema deve emitir documento em formato DOC para os Decretos e Decretos Especiais em formato (Formatação) definido pelo Município. | Obrigatório | X | |
| FC.54. O sistema deve permitir cadastro de informações gerais que serão usadas na emissão de Decretos e Decretos Especiais em formato DOC. | Obrigatório | X | |
| FC.55. O sistema deve permitir selecionar as alterações orçamentárias, Decreto ou Decreto Especial, EMITIDAS e juntá-las para gerar o Decreto ou Decreto Especial em formato DOC, conforme aprovação do usuário supervisor. | Obrigatório | X | |
| FC.56. O sistema deve lançar as alterações orçamentárias (quando contabilizadas) automaticamente de forma integrada ao sistema Contábil do Município. | Obrigatório | X | |
| FC.57. O sistema deve ter integração com os sistemas de contratos e convênios do Município para buscar informações para o Formulário específico utilizado pelo Município - FIPO. | Obrigatório | X | |
| FC.58. O sistema deve permitir a elaboração do Formulário de Integração entre Planejamento e Orçamento - FIPO com o cadastro das seguintes informações: Dotação Reduzida, Unidade Orçamentária, Classificação Funcional, Fonte de Recurso, Valor, Selecionar o tipo de despesa (RESERVA, EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO), Nº do Contrato/termo de Colaboração (integrado conforme item anterior), selecionar se é SALDO ou DESPESA NOVA, se for saldo definir se é saldo de ADITIVO ou de CONTRATO/TERMO DE COLABORAÇÃO, Nº do Aditivo, Nº da integração do sistema, Nº do Processo Original, Justificativa. | Obrigatório | X | |
| FC.59. Quando da elaboração do FIPO o sistema deve mostrar o descritivo do objeto do Contrato/Termo de Colaboração conforme o preenchimento do Nº do Contrato/termo de Colaboração (integrado no sistema). | Obrigatório | X | |
| FC.60. O sistema deve dividir as situações do FIPO como REQUERIDO, EM AGUARDANDO, NEGADO, CANCELADO E CONTABILIZADO. | Obrigatório | X | |
| FC.61. O sistema deve permitir o usuário, específico com essas atribuições, EDITAR um FIPO. | Obrigatório | X | |
| FC.62. O sistema deve gerar número sequencial juntamente com o ano para identificar o FIPO | Obrigatório | X | |
| FC.63. O sistema deve permitir o usuário, específico com essas atribuições, NEGAR ou CANCELAR um FIPO. | Obrigatório | X | |

| | | | |
|--|-------------|---|--|
| FC.64. O sistema deve permitir a elaboração do FIPO em formato PDF. | Obrigatório | X | |
| FC.65. O sistema deve mostrar as seguintes informações do FIPO no formato PDF: descritivo da Unidade Gestora, Código de identificação, Unidade Orçamentária, Classificação Funcional, Natureza de Despesa, Fonte de Recurso, Valor, Nº do Processo Original, Nº da Integração, Saldo à Empenhar (integração sistema de contratos/convênios), Saldo da Dotação com as Alterações Orçamentárias, Saldo Atual no sistema, Saldo Final da Dotação. | Obrigatório | X | |
| FC.66. O sistema também deve mostrar no formato PDF do FIPO as informações, caso seja SALDO, Nº do Contrato/Termo de Colaboração, Nº do Aditivo e Objeto. | Obrigatório | X | |
| FC.67. O sistema também deve mostrar no formato PDF do FIPO um campo data que não poderá ser alterada por usuário. | Obrigatório | X | |
| FC.68. O sistema deve mostrar no formato PDF do FIPO um campo com descritivo PRÉVIO de autorização da despesa e o Tipo da Despesa (Reserva, empenho, Liquidação e Pagamento). | Obrigatório | X | |
| FC.69. O sistema também deve mostrar no formato PDF do FIPO um campo de assinatura do Ordenador de Despesa e data da assinatura. | Obrigatório | X | |


FERNANDA GOBBI DO ROSÁRIO RIBEIRO
CGM/GAOF


KELLY DA SILVA CASTRO DE LIMA
CGM/GITPC/CTAI


FELIPE SCHULTZ VARGAS
SEMFA/GO

LETICIA BARCELLOS CARVALHO
SEMFA/GO/CPO